JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XXI — Nº 4.365 — Brasília, segunda-feira, 31 de agosto de 2015

Senadores votarão projetos da Agenda Brasil nesta semana

Jonas Pereira/Agência Senado

Renan Calheiros fala, ao lado de Tasso Jereissati, na comissão que analisou o projeto da Lei de Responsabilidade das Estatais

Entre as propostas a serem analisadas pelo Plenário nos próximos dias, está a que trata da repatriação de valores e bens no exterior não declarados à Receita Federal

Ao longo da semana, os senadores votarão propostas da Agenda Brasil, que foi apresentada pelo Senado ao governo e contém soluções para que o país supere a crise econômica e volte a crescer. Além do projeto que trata da repatriação de dinheiro e bens, está na pauta o que cria a Lei de Responsabilidade das Estatais. Será instalada amanhã a Comissão Especial da Agenda Brasil, com senadores governistas e oposicionistas. 3

Proposta da reforma política está na pauta do Plenário 3

Confederação de servidores ganha sessão de homenagem 6

RN tem quarta maior taxa de assassinato de jovens no país 7

No Facebook, Senado é primeiro entre órgãos públicos do mundo

Senado transparente

De janeiro a agosto, o total de seguidores da página do Senado no Facebook mais que dobrou, de 277 mil para 584 mil. E chegou ao número 1 em engajamento no mundo no ranking do site Quintly, entre instituições de governo, à frente da Nasa. 2

Pedro França/Agência Senado

Na audiência: Fabio Gondim *(E)*, Sérgio Sampaio, senador Hélio José, Jairo Bisol e Helvécio Ferreira

Governo do DF debate medidas para a saúde

Em debate na Comissão de Direitos Humanos sobre a situação da saúde pública no Distrito Federal, o secretário de Saúde do DF, Fábio Gondim, disse que estão sendo adotadas medidas para evitar desperdícios e conter gastos. Outros participantes da audiência apresentaram sugestões para buscar resolver a crise enfrentada pelo setor. 8

ARQUIVO S

Há 130 anos, o Brasil concedia liberdade aos escravos idosos

No próximo dia 28, uma das leis mais importantes contra a escravidão negra faz aniversário. Documentos guardados no Arquivo do Senado mostram como os parlamentares ajudaram na elaboração da Lei dos Sexagenários, em 1885. 4 e 5

Reprodução

Funcionária do Arquivo do Senado consulta papéis de 1885 referentes à Lei dos Sexagenários

ACONTECEU NO SENADO

Geraldo Magela/Agência Senado

Janot foi sabatinado em comissão e, em seguida, reconduzido em votação no Plenário

Sabatina de Janot foi destaque na semana

A recondução do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, a mais dois anos de mandato, após mais de 10 horas de sabatina na CCJ, marcou a semana passada no Senado. Também foram destaques a aprovação em primeiro turno da PEC 98/2015, que reserva cotas para mulheres no Poder Legislativo, e as críticas ao projeto do novo marco regulatório da mineração. 8

Reprodução

O ranking do site Quintly, que analisa o desempenho no Facebook, mostra o Senado em 1º lugar entre órgãos públicos

No Facebook, Senado supera Nasa e Casa Branca

Índice internacional avalia número de curtidas, compartilhamentos e comentários. Entre as razões do bom desempenho, está postagem relativa a projeto de lei sobre educação publicada no dia 19

Senado transparente

EM BUSCA DE mais transparência e interação com os cidadãos, o Senado vem ampliando a presença nas redes sociais. De janeiro a agosto, o total de seguidores da Casa no Facebook mais do que dobrou, de 277 mil para 584 mil. Além disso, de acordo com o site Quintly, a página do Senado no Facebook chegou à posição de número 1 no mundo na semana passada entre instituições de governo em termos de engajamento.

O ranking, embora não seja exaustivo, leva em conta o total de fãs de páginas e a quantidade de pessoas interagindo com as publicações, o que é medido pelo número de compartilhamentos, curtidas e comentários. No levantamento do Quintly, que considera perfis de relevância mundial como o da Nasa e o da Casa Branca, há apenas quatro páginas brasileiras entre as 20 primeiras. Ao lado do Senado, aparecem o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Prefeitura de Curitiba e o Ministério da Saúde.

Nova equipe

O resultado foi puxado pelo alcance conquistado nos últimos 30 dias e, especialmente, pela quebra de um recorde: no período, um post sobre educação alcançou, sozinho, 19,7 milhões de pessoas.

— A formação da equipe ajudou muito. Trouxemos pessoas com experiência na área e conseguimos estruturar e dividir melhor o trabalho. O resultado disso apareceu nas estatísticas — avalia Silvia Gomide, coordenadora do Núcleo de Mídias Sociais do Senado, que é ligado à Secretaria de Comunicação Social (Secom).

Esta é a segunda vez que a página do Senado — que traz informações sobre projetos, debates, votações e atividades institucionais — atinge a posição de liderança entre as instituições de governo no mundo. O mesmo havia acontecido em novembro de 2014, de acordo com análise feita pela própria equipe do Senado. Na época, 756 mil internautas estavam envolvidos com os posts.

— Embora o número de seguidores seja mais usado como referência, o engajamento é ainda mais importante porque mede a interação — diz Silvia.

Segundo ela, outro dado relevante é o alcance. Embora a página no Facebook tenha 584 mil seguidores, a média diária de visualizações dos posts é bem maior: 2 milhões.

De acordo com Silvia, as postagens que geram maior interesse tratam de assuntos com interferência na vida das pessoas. As mais lidas são as relacionadas à educação.

Exemplo disso é o post que alcançou mais de 19 milhões de pessoas. Publicado no dia 19, trata da aprovação do PLS 189/2012 na Comissão de Educação (CE).

A proposta, de Cristovam Buarque (PDT-DF), amplia as punições para os pais que não comparecerem às reuniões nas escolas dos filhos. A mensagem foi compartilhada 133 mil vezes, teve 680 mil curtidas e gerou 140 mil comentários.

Linguagem

No último dia 12, a equipe de mídias sociais da Secom fez a primeira ação conjunta do Senado em parceria com outros órgãos de governo. O post "E agora, quem poderá me defender?" alcançou 3 milhões de pessoas. Mais de 79 mil interagiram com a publicação, sendo 49 mil curtindo, 27 mil compartilhando e 2,6 mil comentando.

O primeiro passo para a ação foi a produção de reportagem explicando aos cidadãos quais órgãos do governo devem ser procurados diante de vários tipos de violações de direitos. Em seguida, a equipe contatou colegas que administram perfis nas redes sociais de outros órgãos de governo. Assessorias de senadores também foram convidadas.

Adaptar o conteúdo da atividade legislativa à linguagem das redes sociais é tarefa que exige cautela e bom senso.

— A gente utiliza linguagem mais informal. Estamos sempre tentando achar o tom, o que costuma ser difícil. Pelos números, temos conseguido. É sinal de que estamos no caminho certo — analisa Silvia.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: http://bit.ly/agendaSenado

SEGUNDA

CDH Nova Central
9h Audiência interativa celebra os dez anos da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

CÓDIGO DA AERONÁUTICA Reunião
10h Comissão de especialistas discute o sistema de formação e qualificação de pessoal, entre outros temas.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa
14h Sessão destinada a discursos dos senadores.

TERÇA

CCT Cortes na pós-graduação
9h Audiência pública interativa debate impactos dos cortes orçamentários sobre os programas de pós-graduação.

CDH Fibrose cística
9h A comissão faz audiência pública interativa sobre a fibrose cística.

SENADO DO FUTURO Audiência
9h A comissão Senado do Futuro avalia minuta de projeto que regulamenta o Programa e-Cidadania. Após, faz audiência sobre impasses e perspectivas da sociedade brasileira.

CMA Aviação no Norte
9h30 Audiência pública discute oferta de linhas aéreas na Região Norte.

CAE Contas do governo
10h Procedimentos do governo federal nas contas públicas de 2014 são tema de audiência pública.

CE Bolsa de permanência
11h O PLS 214/2010, que institui o Programa Bolsa de Permanência Universitária, é um dos projetos em pauta.

CMO LDO de 2016
13h Reunião do colegiado de líderes da Comissão Mista de Orçamento. Às 14h, reunião extraordinária trata, entre outros itens, do parecer preliminar ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016.

CPI DO FUTEBOL Requerimentos
14h30 A CPI avalia lia 34 requerimentos.

COMISSÃO DE INTELIGÊNCIA Reunião
14h30 Reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

MP 679/2015 Energia na Olimpíada
14h30 A comissão responsável pela MP 679/2015, sobre energia para os Jogos Olímpicos, avalia relatório.

MP 680/2015 Proteção ao emprego
14h30 A comissão da MP 680/2015, que institui o Programa de Proteção ao Emprego, faz audiência sobre o tema.

AGENDA BRASIL Comissão especial
15h Instalação e eleição do colegiado que avalia propostas da Agenda Brasil.

CAS Trabalho da gestante
9h Projeto que proíbe o trabalho da gestante ou lactante em atividade ou local insalubre (PLC 76/2014) é um dos itens da pauta.

QUARTA

CDR Zona Franca no Maranhão
9h Comissão analisa o texto que cria a Zona Franca de São Luís e mais 8 itens.

SESSÃO TEMÁTICA Santas Casas
10h No Plenário do Senado, sessão de debates temáticos sobre o financiamento das santas casas de misericórdia.

CDH Igualdade de gênero
10h A comissão faz audiência pública para lançar a campanha He for She, da ONu, sobre igualdade de gênero.

CONGRESSO Vetos presidenciais
11h Na Câmara dos Deputados, sessão conjunta para análise de vetos e projetos de lei do Congresso.

MP 676/2015 Planos da Previdência
14h30 A comissão responsável pela MP 676/2015, sobre planos de benefícios da Previdência, faz audiência pública.

MP 678/2015 Regime de contratações
14h30 A comissão responsável pela MP 678/2015, sobre o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, aprecia requerimentos e faz audiência pública.

MP 684/2015 Parcerias voluntárias
15h Instalação e eleição de presidente e vice da comissão da MP 684/2015, sobre parcerias entre organizações da sociedade civil e da administração pública.

MP 685/2015 Litígios trabalhistas
15h10 Instalação e eleição de presidente e vice da comissão responsável pela MP 685/2015.

MP 687/2015 Indústria do cinema
15h20 Instalação e eleição de presidente e vice da comissão responsável pela MP 687/2015.

MP 688/2015 Concessão de energia
15h30 Instalação e eleição de presidente e vice da comissão responsável pela MP 688/2015.

QUINTA

CAE Energia para turismo rural
10h Audiência pública interativa sobre o PLS 46/2012, que assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural.

CRE Bolívia e Honduras
10h Audiência pública interativa para sabatina dos diplomatas Raymundo Santos Rocha Magno, indicado para o cargo de embaixador do Brasil na Bolívia, e Breno de Souza Brasil Dias da Costa, indicado para o cargo de embaixador na República de Honduras.

CPI DO FUTEBOL Jornalista da BBC
10h15 A CPI do Futebol faz audiência pública interativa para ouvir o jornalista da BBC de Londres Andrew Jennings, autor dos livros *Jogo Sujo* e *Um Jogo Cada Vez Mais Sujo*, ambos sobre a corrupção no futebol.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: http://bit.ly/plenarioOnline

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: http://bit.ly/comissoesOnline

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: http://bit.ly/audienciainterativa • Alô Senado: **0800 612211**
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: **senado.leg.br/ecidadania**
• Facebook: **senadofederal** • Twitter: **@agencia_senado** • TV: **senado.leg.br/TV**

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das **9h, audiência pública da Comissão de Direitos Humanos** sessão plenária. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Agenda Brasil é prioridade da semana no Plenário

Senadores votarão nos próximos dias o texto que cria a Lei de Responsabilidade das Estatais e o que regulamenta a repatriação de dinheiro e patrimônio no exterior não declarados

AGENDA BRASIL

O SENADO COLOCARÁ em votação nesta semana propostas da Agenda Brasil, idealizada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, com uma série de propostas para a retomada do crescimento e o aumento da segurança jurídica. Na sexta-feira, foi noticiado que o produto interno bruto (PIB) do país caiu 1,9% entre o primeiro e o segundo trimestre deste ano, o que significa recessão.

O principal destaque da semana no Plenário é o PLS 555/2015, que estabelece a Lei de Responsabilidade das Estatais. Oriundo de uma proposta conjunta de Renan Calheiros e do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, ele foi debatido e formulado em uma comissão especial ao longo dos últimos meses e chega agora para a decisão dos senadores.

Também deverá ser votado no Plenário o PLS 298/2015, que regulamenta a repatriação de recursos ou bens patrimoniais de origem lícita e não declarados à Receita Federal que sejam mantidos por brasileiros no exterior. A proposta garante aos cidadãos que fizerem a repatriação imunidade dos crimes de evasão de divisas ou de omissão de informações ao fisco.

A repatriação proposta se dará por meio do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária. Um substitutivo apresentado pelo relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Delcídio do Amaral (PT-MS), prevê a regularização por meio do pagamento da alíquota de 17,5% do Imposto de Renda mais multa de 100% sobre o imposto apurado — o que significa um encargo total de 35%. A versão original previa pagamento pela alíquota prevista na tabela progressiva mais multa de 20%.

Segurança

Também parte da Agenda Brasil, integram a pauta de votações duas PECs que tratam de segurança pública. A PEC 33/2014 inclui na Constituição a segurança pública como uma das obrigações de competência comum entre a União, os estados e os municípios.

A PEC 24/2012 cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, para aparelhamento, remuneração, capacitação e integração dos órgãos de segurança dos entes da Federação.

A Lei de Responsabilidade das Estatais e o projeto da repatriação integram o eixo Equilíbrio Fiscal da Agenda Brasil. As PECs de segurança pública fazem parte do eixo Proteção Social.

Marcos Oliveira/Agência Senado

Renan fala na comissão mista sobre responsabilidade das estatais, ao lado de Tasso Jereissati e do deputado Arthur Maia

Comissão especial elege presidente e vice

Será instalada amanhã, às 15h, a Comissão Especial da Agenda Brasil, que vai propor soluções para a retomada do desenvolvimento nacional. Na reunião, devem ser eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado.

A comissão especial de senadores sistematizará as propostas já existentes na Casa que tratem da promoção do desenvolvimento nacional. A ideia é que o colegiado selecione projetos de lei promissores dentro dessa área, unifique a tramitação e emita pareceres para que possam ser votadas em Plenário de forma mais ágil.

Serão membros titulares da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional Humberto Costa (PT-PE), Lindbergh Farias (PT-RJ), Acir Gurgacz (PDT-RO), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Simone Tebet (PMDB-MS), Romero Jucá (PMDB-RR), Raimundo Lira (PMDB-PB), Antonio Anastasia (PSDB-MG), Paulo Bauer (PSDB-SC), Ronaldo Caiado (DEM-GO), Roberto Rocha (PSB-MA), Douglas Cintra (PTB-PE) e Blairo Maggi (PR-MT). Ainda falta definir os nomes de 4 titulares, totalizando 17.

Os membros suplentes são Fátima Bezerra (PT-RN), Paulo Paim (PT-RS), Cristovam Buarque (PDT-DF), Valdir Raupp (PMDB-RO), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Waldemir Moka (PMDB-MS), José Serra (PSDB-SP), Wilder Morais (DEM-GO) e Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE). Oito nomes de suplentes ainda serão anunciados.

A Agenda Brasil terá ainda uma outra comissão, esta formada por juristas, que vai propor medidas para desburocratizar a administração pública.

Plenário vota amanhã projeto de reforma política

O projeto de reforma política que veio da Câmara dos Deputados e que foi modificado pela comissão especial do Senado será votado amanhã pelo Plenário. O PLC 75/2015 altera três leis, entre elas o Código Eleitoral, com objetivos como reduzir custos das campanhas e simplificar o funcionamento dos partidos.

As regras para a doação de empresas às campanhas eleitorais são alteradas pela proposta. Se o texto for aprovado, pessoas jurídicas somente poderão doar aos partidos, e não aos candidatos. Além disso, o repasse não deve ser maior do que 2% da receita do ano anterior à doação, até o máximo de R$ 10 milhões. E a doação para um mesmo partido não poderá ser superior a 0,5% da receita.

Pessoas físicas estão autorizadas a doar aos candidatos e aos partidos com o limite de até 10% dos rendimentos do ano anterior à eleição.

Há alterações também nas regras para pesquisa eleitoral. Os institutos poderão ser proibidos de prestar serviços aos veículos de comunicação nas campanhas se, nos 12 meses anteriores às eleições, tiverem trabalhado para partidos ou candidatos, além de órgãos da administração pública.

Nas eleições proporcionais, pode acabar a diplomação de candidato que tiver poucos votos, mas foi beneficiado pela grande votação da legenda. Pelo texto, somente serão eleitos os que tiverem pelo menos 10% do quociente eleitoral.

Para não prejudicar os pequenos partidos, que têm mais dificuldade para alcançar o percentual mínimo, a proposta permite que duas ou mais legendas se reúnam em federação e passem a atuar como se fossem uma única agremiação.

Campanhas

As campanhas, por sua vez, deverão ficar mais silenciosas. O PLC 75/2015 veda o uso de alto-falantes e amplificadores, bem como de carros de som, minitrios ou trios elétricos. A exceção é durante os comícios.

As campanhas passam a ter limite de gastos. Na eleição de candidato a senador e deputado, por exemplo, o limite será de 70% do maior gasto contratado para o cargo na eleição anterior em cada circunscrição.

A distribuição do dinheiro do Fundo Partidário ficará restrita aos partidos que tiverem, até 2018, diretórios permanentes em 10% das cidades, distribuídas em pelo menos 14 estados.

O relator da Comissão da Reforma Política, Romero Jucá (PMDB-RR), explicou que o texto é fruto de ampla discussão com os senadores da comissão e de colaborações do Tribunal Superior Eleitoral, além de negociação com os deputados:

— Estamos simplificando bastante a legislação, desburocratizando e melhorando a condição de gestão dos partidos e das campanhas políticas.

O senador afirmou também que já está na Casa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 113/2015, que foi aprovada pelos deputados e também modifica a vida política. Segundo Jucá, a PEC vai ser analisada primeiro na Comissão de Constituição e Justiça. Só depois seguirá para a Comissão da Reforma Política.

Paim pede pacto para assegurar direitos sociais e trabalhistas

Paulo Paim (PT-RS) defendeu, na sexta, diálogo entre o governo, o movimento sindical e a sociedade organizada na busca de um pacto que preserve direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. Antes, criticou o modelo de ajuste fiscal.

— Sempre que há uma crise, a fórmula mais simples é posta como meta. Os trabalhadores sempre são chamados a pagar a conta e, perdoem-me aqueles que pensam diferente, a serem servidos à mesa das piranhas do mercado financeiro.

Para Paim, a saída é o diálogo por um "pacto de preferências", e não a retirada "à força" de conquistas do povo. Como alternativa, citou o caminho trilhado pelos Estados Unidos nos anos 30, quando o presidente Franklin Roosevelt estimulou o crescimento com medidas que incluíram o aumento de impostos para os mais ricos e um programa de ajuda para "os mais fracos".

Nesse sentido, Paim defendeu a instituição do Imposto sobre Grandes Fortunas.

Ana Amélia: recriação da CPMF vai para a conta dos assalariados

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Ana Amélia (PP-RS) fez duras críticas, na sexta-feira, à proposta do governo de recriar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). A senadora disse que o Brasil precisa de um rigoroso controle dos gastos públicos, além de medidas para a melhoria da atividade econômica.

— Criar a CPMF não resolve. Não é solução e vai para a conta dos assalariados — criticou.

Para ela, a ideia de dividir os recursos da contribuição com estados e municípios com o propósito de obter apoio político também não vai funcionar, pois é a sociedade que vai pagar a conta e as pessoas não vão concordar com isso.

— Precisamos gerar atividade econômica para criar emprego e renda. Não é penalizando a população que a crise deve ser enfrentada, mas por uma redução dos gastos públicos — opinou.

Lei dos Sexagenários completa 130 anos

Aprovada em setembro de 1885, a lei concedeu liberdade aos escravos com 60 anos ou mais. Polêmica, a medida manteve vivo o debate sobre o fim da escravidão e ajudou a fortalecer a ideia da abolição, que viria a ocorrer três anos depois

Joseana Paganine

Antônio Luiz Ferreira

Plenário do Senado, no dia da edição da Lei Áurea: os debates parlamentares sobre a abolição da escravatura eram acompanhados com grande interesse pela população

NO PRÓXIMO DIA 28 de setembro, a lei que libertou os escravos com 60 anos ou mais completará 130 anos. Apelidada de Lei dos Sexagenários (1885), ela é menos conhecida do que a Lei do Ventre Livre (1871), que concedeu liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir de sua promulgação, e do que a Lei Áurea (1888), que finalmente acabou com a escravidão no Brasil.

Não é, no entanto, menos importante. A medida resultou de uma intensa luta política travada entre os parlamentares e foi uma resposta das instituições e das elites brasileiras ao clamor pela abolição da escravatura que tomava as ruas e ameaçava comprometer a ordem social, política e econômica.

Coube à Lei dos Sexagenários manter a discussão sobre o fim da escravidão acesa e conceder tempo para uma solução negociada que pusesse fim ao sistema escravagista de forma não violenta, como aconteceu nos Estados Unidos com a Guerra de Secessão (1861-1865).

A lei foi aprovada após intenso debate na Assembleia Geral, como era chamado o Congresso Nacional à época. É verdade que, do ponto de vista econômico e humanitário, a medida teve pouca repercussão. Submetidos a trabalhos extenuantes e péssimas condições de vida, poucos escravos conseguiam cruzar a marca dos 60. Mas a aprovação da lei foi de extrema importância do ponto de vista da luta política que se travava à época entre abolicionistas e escravagistas na sociedade e nas instituições do Império.

O historiador e consultor legislativo Marcos Magalhães explica que a Assembleia Geral exerceu papel fundamental na abolição da escravatura no Brasil. O processo de libertação dos escravos foi conduzido de forma lenta e gradual, por meio de projetos de lei, mantendo as decisões dentro dos limites do Poder Legislativo.

A primeira iniciativa data de 1823, quando José Bonifácio redigiu um projeto que pretendia apresentar à primeira Assembleia Constituinte brasileira, solicitando o fim do tráfico negreiro e a progressiva emancipação dos escravos. Antes que pudesse fazê-lo, no entanto, a assembleia foi dissolvida por Dom Pedro I e José Bonifácio, exilado.

A ele, seguiram-se muitos outros projetos, mas poucos foram aprovados, como a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, que proibiu o tráfico negreiro intercontinental para o Brasil. Todo esse processo está documentado no Arquivo do Senado e foi reunido na publicação *A Abolição no Parlamento — 65 anos de lutas*.

— Na época em que foi proposta a Lei dos Sexagenários, a transição da escravidão para o regime de trabalho livre era a questão central do país. O Parlamento foi o lugar de decisão sobre o que fazer com a escravidão. Por isso, os debates parlamentares ajudavam a moderar o sentimento das ruas, muitas vezes intenso, com os próprios escravos promovendo revoltas e se organizando para sabotar a atividade econômica, e a mediar uma solução para os conflitos de interesses existentes entre abolicionistas e escravagistas.

Apesar de o processo de abolição ter sido, de certa forma, controlado pelo Parlamento, Magalhães ressalta que ele não se deu da forma como as classes dominantes pensaram. Se, por um lado, a Lei dos Sexagenários facultou às elites cafeicultoras postergar uma decisão final sobre a escravidão, por outro, ela possibilitou que a frustração popular fosse canalizada para uma abolição definitiva, feita de uma vez só três anos depois, sem indenização aos proprietários de escravos.

Antônio Ketuzu/Agência Senado

Para Magalhães, o Parlamento teve o papel de pôr fim pacífico à escravidão

— A Lei dos Sexagenários reforçou o papel do Legislativo e permitiu que a voz das ruas se sentisse representada no Parlamento. As aprovações das leis abolicionistas no século 19 eram famosas, cercadas de muita emoção, mostravam o Parlamento em sintonia com o país e exercendo um papel central naquele momento.

Linha do tempo

1831 — **Lei do Governo Feijó** — *Declara livres todos os escravos vindos de fora do Império*

1835 — **Lei 4** — *Estipula penas para escravos que cometeram crimes*

1850 — **Lei 581** — *Proíbe o tráfico negreiro*

1854 — **Lei 731** — *Define punição para quem fazia tráfico de escravos*

1864 — **Lei 1.237** — *Considera escravos como objeto de hipoteca e penhor*

1871 — **Lei 2.040** — *Lei do Ventre Livre*

1885 — **Lei 3.270** — *Lei dos Sexagenários*

1888 — **Lei 3.353** — *Lei Áurea*

Reprodução/Debret

A prisão em troncos era uma das punições aplicadas a escravos que tentavam fugir

Reprodução/Rugendas

Africanos em porão de navio negreiro, transportados da África para o Brasil

Reprodução/Debret

Cena de família brasileira no século 19 acompanhada dos escravos e de seus filhos

Antônio Luiz Ferreira

Multidão em frente ao Paço Imperial (Rio) após abolição da escravatura

Projeto levou polêmica ao Parlamento

Se, por um lado, levar o debate sobre a abolição para o âmbito legislativo ajudou a acalmar as ruas, por outro, no próprio Parlamento os ânimos se viram acirrados com a apresentação do projeto que redundou na Lei dos Sexagenários. A proposta foi responsável pela renúncia do presidente da Câmara, pela dissolução e formação de uma nova Assembleia Geral e pela escolha de um novo presidente do Conselho de Ministros (cargo equivalente ao de primeiro-ministro) pelo imperador dom Pedro II.

O projeto número 48 foi apresentado à Câmara dos Deputados em 15 de julho de 1884 pelo deputado Rodolfo Dantas, do Partido Liberal. A proposta dispunha sobre a emancipação dos escravos por idade igual ou superior a 60 anos, por omissão de matrícula (registro legal a ser feito pelo proprietário), por fundo de emancipação e por transgressão de domicílio (quando o escravo era levado de uma província a outra sem autorização).

Também estabelecia uma tabela de preços dos escravos, o que punha fim a controvérsias sobre o valor que um escravo precisava dispor para comprar sua liberdade. O principal ponto de discórdia, porém, não estava no teor do Projeto Dantas, mas naquilo que ele não previu: a indenização aos proprietários dos escravos alforriados.

Parte expressiva dos parlamentares se manifestou contra a medida. A indignação foi grande inclusive entre os deputados do Partido Liberal, o mesmo de Dantas . E, sobretudo, entre os do Partido Conservador, tradicionalmente contra a abolição e defensor dos interesses das elites cafeicultoras. No mesmo dia, o presidente da Câmara, Moreira Barros, demitiu-se da Presidência da Casa por não concordar com o projeto. A crise cresceu e, em setembro, a Câmara foi dissolvida pelo imperador por incompatibilidade com o gabinete de ministros.

A solução começou a se delinear quando assumiu como presidente do Conselho de Ministros, em agosto de 1885, o senador conservador João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe *(primeira foto)*. Ele passou a negociar na Assembleia Geral uma nova proposta apresentada pelo senador conservador José Antônio Saraiva *(segunda foto)*, em substituição ao Projeto Dantas.

A principal modificação introduzida pelo Projeto Saraiva foi justamente a indenização do proprietário, que deveria ser feita pelo próprio liberto de 60 anos ou mais, obrigado a prestar serviços aos seus ex-senhores por três anos ou até completar 65 anos. Em 25 de setembro, a proposta foi aprovada pelo Senado e promulgada pelo imperador três dias depois. Ficou conhecida também como Lei Saraiva-Cotegipe.

Alberto Henschel

— O Projeto Saraiva foi mais bem aceito porque respondia melhor aos interesses dos proprietários dos escravos. Ele colocava na lei o princípio da indenização, que servia de argumento para a defesa de indenização em caso de intervenção futura do Estado. Além disso, os preços dos escravos dispostos na tabela do projeto Saraiva eram maiores do que no Dantas — explicou a professora da Universidade Federal do Paraná Joseli Mendonça.

Alberto Henschel

O historiador Marcos Magalhães destacou a importância da participação dos conservadores na aprovação das leis que resultaram na abolição da escravatura. Segundo ele, os projetos abolicionistas foram liberais, mas aprovados em sua maior parte por gabinetes conservadores.

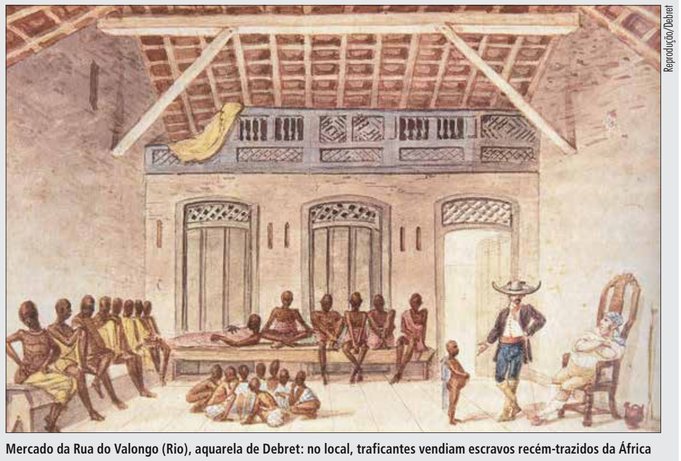
— Saraiva e Cotegipe eram senadores do núcleo mais destacado do Império. Cotegipe era o líder mais destacado da reação conservadora, dos interesses escravagistas no Senado. É ele quem apresenta o projeto de lei depois da abolição, visando à indenização dos proprietários de escravos. Já Saraiva era um conversador muito afinado com os escravistas, mas também muito aberto.

Preço dos escravos

(em contos de réis*)

Até 30 anos	900
30 a 40 anos	800
40 a 50 anos	600
50 a 55 anos	400
55 a 65 anos	200

*Segundo a lei, as mulheres valiam 25% menos



Reprodução/Debret

Mercado da Rua do Valongo (Rio), aquarela de Debret: no local, traficantes vendiam escravos recém-trazidos da África

Revert Henry Klumb

Desigualdade retratada em fotografia de 1860 persiste ainda hoje no Brasil

Debates expuseram os preconceitos da época

Os argumentos levantados contra a aprovação da Lei dos Sexagenários eram os mesmos dos que temiam o fim da escravatura. Sem a mão de obra escrava, diziam os escravagistas, a economia do país, fortemente agrária, seria conduzida à ruína. Acostumado com o mínimo necessário para sobreviver, o escravo não se esforçaria para trabalhar como um homem livre, diziam. Somente o imigrante poderia substituir o trabalho forçado nas lavouras. Assim, sem trabalhar, o negro livre ficaria nas ruas, "perturbando a ordem pública".

A professora de história da Universidade Federal do Paraná Joseli Mendonça, autora do livro *Entre a Mão e os Anéis — A Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*, defende que o argumento da incapacidade do escravo interessa a grupos específicos.

— Não há fundamento algum nesse argumento. Os escravos eram extremamente capacitados para atuar no mundo livre e há muito tempo negociavam melhores condições de trabalho com os senhores. A ideia da incapacidade das classes trabalhadoras e, sobretudo, dos afrodescendentes é muito presente não só no imaginário, mas nas instituições brasileiras em geral. No século 20, o racismo direcionado aos negros contribuiu para perpetuar as desigualdades. Ao escravo incapaz, seguiu-se a ideia de negro incapaz. Esse é um pensamento que, aos poucos, com a intensa participação dos afrodescendentes e com políticas públicas, a gente está superando.

O preconceito também se manifestava na forma como a liberdade do escravo era tratada na lei. Uma vez livre, deveria ser vigiado. Era obrigado a trabalhar, deveria permanecer por cinco anos em sua província de domicílio e quem se ausentasse de seu domicílio era considerado vagabundo, poderia ser preso e condenado a trabalhos forçados. Segundo a professora, não houve, nem depois da abolição, uma lei que assegurasse condições mínimas de cidadania, como acesso à escola, moradia e saúde.

— A preocupação que havia era como controlar e disciplinar essa população. Depois da Lei Áurea, o Parlamento aprovou uma lei de repressão à ociosidade, cujo objetivo central era controlar a população egressa da escravidão — afirma Joseli.

A professora conta que as iniciativas de apoio ao liberto partiram de movimentos operários, integrados por ex-abolicionistas e ex-escravos, que se mobilizavam em torno de sociedades de ajuda mútua.

— Uma delas é a Sociedade Beneficente Treze de Maio, que existiu por todo o Brasil. Algumas existem até hoje. Foram muito importantes para auxiliar os associados em dificuldades, como os doentes.

Para a professora, apesar dos preconceitos, a Lei dos Sexagenários foi um avanço, pois contribuiu para aumentar os direitos dos escravos. Permitiu, por exemplo, que firmassem contrato de trabalho com pessoas que pagassem aos seus senhores pela sua alforria.

— A lei resulta de um processo de disputa entre interesses díspares e contempla em seu próprio texto essa diversidade. Isso nos permite olhar para a sociedade atual e ver que esse processo de disputa é uma constante no Legislativo.

www.humanos.ufpr.br

Para a historiadora, a lei contempla a diversidade dos interesses sociais

Veja vídeo da Agência Senado: http://bit.ly/sexagenarios

A seção Arquivo S é publicada excepcionalmente hoje. Resultado de parceria entre o Jornal do Senado e o Arquivo do Senado, pode ser lida sempre na primeira segunda-feira do mês.

Edilson Rodrigues/Agência Senado

Em sessão especial presidida por Paulo Paim, Plenário homenageia a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil

Senado faz homenagem a entidade de servidores

Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, que completa 57 anos, foi reconhecida no Plenário pela participação no combate à ditadura militar e na elaboração da Constituição de 1988

EM SESSÃO ESPECIAL em homenagem aos 57 anos da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), na sexta-feira, Paulo Paim (PT-RS) destacou o papel da entidade no combate à ditadura militar e na defesa dos direitos políticos e sociais.

Segundo o senador, a confederação sempre se posicionou contra a censura nos anos da ditadura e reivindicou a expressão livre do pensamento, atuando diretamente na elaboração da Constituição de 1988:

— Os associados foram vigilantes na criação dos instrumentos de liberdade e de igualdade, garantindo o progressismo social, que se positivou em nossa Constituição cidadã — afirmou, na abertura da sessão especial realizada no Plenário.

Ao defender a importância dos servidores públicos para o país, o senador lembrou algumas proposições de autoria dele em tramitação no Congresso, como a PEC 34/2010, que dispõe sobre o menor vencimento no serviço público, e o PLS 84/2007, que regulamenta o direito de greve dos servidores.

— Fortalecer a categoria é como cuidar da própria prestação de serviço público. Uma vez que sejam oferecidas condições dignas de trabalho e remuneração adequada, a qualidade do serviço à população tende a subir de modo exponencial — opinou.

O presidente da CSPB, João Domingos Gomes dos Santos, disse que, diante de uma "avalanche de ameaças", o Senado tem sido nos dias atuais uma barreira na defesa dos interesses dos servidores.

— O Senado tornou-se um anteparo neste momento em que está sobre nossas cabeças uma das maiores ameaças, que é a terceirização generalizada, como saiu da Câmara — afirmou, referindo-se ao PLC 30/2015, que prevê a terceirização de atividades-fim.

O presidente também lembrou conquistas obtidas pela categoria com a Constituição de 1988, como os direitos à aposentadoria integral, ao concurso público, à paridade entre ativos e aposentados e à organização sindical.

O vice-presidente da União Internacional de Sindicatos de Servidores Públicos, Wagner Rodrigues, ressaltou o fato de os servidores brasileiros terem uma representação à altura da necessidade da classe. Segundo ele, ter uma confederação que sobreviveu à ditadura e ao tempo é privilégio para poucos.

— A confederação é hoje reconhecida internacionalmente. Todos sabem que no Brasil existe alguém que olha para os trabalhadores públicos — afirmou.

Vários outros sindicalistas participaram da sessão especial e defenderam a qualificação dos serviços públicos, o que, na visão deles, só vai acontecer com a valorização dos profissionais que servem a população. Também houve críticas à terceirização, posicionamento que recebeu, mais uma vez, apoio do senador Paulo Paim.

Criada em agosto de 1958, a CSPB representa os interesses individuais e coletivos de servidores da ativa e também de aposentados e pensionistas. A confederação tem hoje 45 federações filiadas, reunindo mais de 1,8 mil sindicatos que atuam nas esferas municipal, estadual e federal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Audiência discute pedaladas fiscais com o TCU amanhã

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) fará audiência pública amanhã para discutir as pedaladas fiscais do governo com Júlio Marcelo de Oliveira, procurador do Ministério Público no Tribunal de Contas da União (TCU).

Deverão participar dois representantes do tribunal: o secretário de Macroavaliação Governamental, Leonardo Rodrigues Albernaz, e o secretário de Controle Externo da Fazenda Nacional, Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra.

A audiência foi solicitada pelos senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Acir Gurgacz (PDT-RO).

Tasso lembra que o TCU concluiu que "as manobras que a equipe econômica do ex-ministro da Fazenda Guido Mantega fez em 2013 e 2014, para melhorar artificialmente as contas públicas, feriram a Lei de Responsabilidade Fiscal".

O senador cita conclusão do TCU de que, ao adiar repasses para instituições como Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Tesouro obrigou essas instituições a usarem recursos próprios para honrar despesas que eram da União.

A Caixa fez pagamentos do Bolsa-Família e do seguro-desemprego, o que, afirma o senador, teria configurado empréstimo da instituição a seu controlador, vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em requerimento, Cristovam sugere discutir os impactos econômicos derivados das irregularidades apontadas no relatório do ministro Augusto Nardes, do TCU, em relação às contas do governo de 2014.

Gurgacz considera fundamentais os esclarecimentos em torno da matéria, "para que se possa compreender as medidas tomadas". Por solicitação do senador, já estiveram em audiência na comissão, para tratar do assunto, o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, e o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Comissão debate 10 anos da Nova Central Sindical dos Trabalhadores

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado faz hoje, às 9h, uma audiência pública interativa sobre os dez anos da Nova Central Sindical de Trabalhadores, completados no dia 28 de junho.

Fundada em 2005 pela decisão de mais de 5 mil delegados, a Nova Central firmou o compromisso de permanecer fiel aos princípios da organização sindical brasileira e comprometida com valores como a democracia, a ética, a justiça social e a busca permanente da afirmação e efetivação do Estado democrático e social de direito no Brasil.

Presidente da entidade desde a fundação, José Calixto Ramos foi o idealizador dessa iniciativa e coordenou as ações de criação da central sindical.

Na época, Calixto visitou quase todas as capitais do país para apresentar aos trabalhadores as propostas de mudança e reafirmar a posição de que a Nova Central não seria braço político de governos.

Foram convidados para a audiência pública de hoje na Comissão de Direitos Humanos, além de José Calixto Ramos, representantes do Ministério da Previdência Social, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério Público do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho e da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
Sérgio Petecão, João Alberto,
Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Site: www.senado.leg.br/jornal — E-mail: jornal@senado.leg.br — Twitter: @Agencia_Senado — facebook.com/SenadoFederal
Tel.: 0800 612211 — Av. N2, Unidade de Apoio 3 do Senado Federal, 70165-920, Brasília, DF

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Rio Grande do Norte pulou da 22ª para a 4ª colocação em ranking de assassinato de adolescentes entre 16 e 17 anos, a maioria negra. Senadores debateram o tema com ativistas

Alta taxa de morte de jovens leva CPI a Natal

O RIO GRANDE do Norte é o quarto estado com mais assassinatos de jovens entre 16 e 17 anos. O crescimento desse tipo de crime no estado — que antes ocupava a 22ª posição —, segundo levantamento do *Mapa da Violência*, levou a CPI do Assassinato de Jovens a Natal, na sexta-feira. Os senadores ouviram diversos ativistas de direitos humanos e visitaram famílias de jovens assassinados.

Dados da Secretaria de Segurança Pública do estado registram 3,3 mil assassinatos no Rio Grande do Norte entre janeiro de 2013 e agosto de 2015. A maioria era de jovens entre 18 e 24 anos de idade, negros e pardos.

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN), que pediu a audiência no estado, afirmou que o quadro de criminalidade de jovens norte-rio-grandenses segue o mesmo padrão em todo o país.

Márcio Filho/Gab.Sen.Fátima Bezerra

Lindbergh *(4º à esq.)*, relator da CPI, e Fátima *(5ª à esq.)*, que pediu o debate, destacam perfil da violência: periferia e drogas

— Trata-se de quase um extermínio da juventude. As estatística explodiram. Esse extermínio que tem cor, que tem rosto, que tem origem de classe. A maioria esmagadora dos jovens que são assassinados pelo país afora são jovens de cor negra, são jovens das periferias — afirmou.

Segundo o relator da CPI do Assassinato de Jovens, Lindbergh Farias (PT-RJ), o número de casos subiu quase 300% entre 2002 e 2012.

Drogas

Lindbergh explicou, durante a audiência, qual o perfil do jovem assassinado no Rio de Janeiro e questionou como seria o do Rio Grande do Norte.

— Lá no meu estado, Rio de Janeiro, o jovem morre muito em cima dessa política de guerra às drogas. A maior parte dos assassinatos acontece no enfrentamento com a polícia, com a milícia e com o tráfico — disse.

Para esclarecer o senador, o defensor público Manuel Sabino explicou como funciona um grupo de extermínio que age em Natal, denunciado pelo Ministério Público.

— Os envolvidos são policiais, que esperam uma troca de turno e torturam um conhecido usuário de drogas. Inclusive existe uma assinatura que é um tiro na batata da perna. Plantavam dois saquinhos de crack e entregavam para a patrulha para levar com o traficante — relatou Sabino.

Também participaram da reunião da CPI os senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e José Medeiros (PPS-MT).

Durante a reunião da CPI foram ouvidos ainda o presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos e Cidadania, Marcos Caldas; o conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Daniel Alves Pessoa; e o coordenador estadual da Justiça para a Infância e a Juventude, o juiz José Dantas de Paiva.

Programa de Proteção ao Emprego é tema de audiência

A criação do Programa de Proteção ao Emprego (PPE) será debatida amanhã, às 14h30, em reunião da comissão mista que analisa a MP 680/2015. Foram convidados para o encontro representantes do governo, de sindicatos e de centrais sindicais.

De acordo com o presidente da comissão, senador Sérgio Petecão (PSD-AC), e com o relator, deputado Daniel Vilela (PMDB-GO), o objetivo é ouvir dos convidados sugestões para o aperfeiçoamento do texto.

Também foram convidados representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, da Secretaria-Geral da Presidência da República e da Secretaria da Micro e Pequena Empresa.

Os trabalhadores serão representados por Nova Central Sindical, União Geral dos Trabalhadores (UGT), Força Sindical, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Nacional dos Metalúrgicos, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e Confederação Nacional das Profissões Liberais.

A MP foi editada pelo governo com o objetivo de minimizar a crise econômica. Ela flexibiliza a legislação trabalhista, ao permitir redução limitada de salários e de jornada nas empresas que aderirem ao PPE.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

CPI do Futebol quer documentos sobre federações estaduais

A CPI do Futebol deve votar amanhã requerimento aos procuradores de justiça de todos os estados para que a comissão acesse a documentação relacionada às investigações dos Ministérios Públicos sobre as federações estaduais de futebol e seus dirigentes.

— Investigar a CBF significa também investigar toda a rede de poder que se estabeleceu entre a direção dessa entidade e as entidades estaduais — afirmou Romário (PSB-RJ), presidente da CPI.

Na quinta-feira, a CPI vai ouvir o jornalista escocês Andrew Jennings, autor dos livros *Jogo Sujo* e *Um Jogo Cada Vez Mais Sujo*. Essas obras, segundo o FBI (a Polícia Federal dos EUA), serviram como ponto de partida de investigações que levaram importantes dirigentes do futebol mundial, como o ex-presidente da CBF, José Maria Marin, à prisão.

Antônio Milena/ABr

Aeroporto em Manaus: passagem para a região será um dos itens do debate

Oferta e preços de voos para o Norte serão discutidos amanhã

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) promove audiência pública amanhã, às 9h30, para debater problemas do setor de aviação civil, como a oferta de linhas na Região Norte e a construção e o licenciamento de aeroportos regionais conforme as prioridades da Agenda Brasil.

Jorge Viana (PT-AC) afirma, no requerimento para o debate, que "os preços cobrados da população que reside na Amazônia brasileira são abusivos, a oferta de voos é deficitária e os horários são sacrificantes". Um dos tópicos é a avaliação de possíveis impedimentos para novas companhias ofertarem voos para a Região Norte.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Comissão ouvirá Ministério da Saúde sobre fibrose cística

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) faz amanhã, às 9h, uma audiência pública interativa sobre a fibrose cística, doença genética, grave e sem cura que afeta cerca de 1,5 mil pessoas no Brasil.

A audiência, solicitada por Paulo Paim (PT-RS), ocorre na semana em que é celebrado o Dia Nacional de Conscientização e Divulgação da Fibrose Cística (5 de setembro).

A doença se caracteriza pela produção de um muco espesso, principalmente nos pulmões e no pâncreas, que ocasiona vários problemas no organismo. O tratamento, que deve ter início o mais cedo possível, é multidisciplinar.

Para o debate, foram convidados o representante da Associação Brasileira de Assistência à Mucoviscidose, Fernando Gomide, a professora da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília (UnB) Gilvânia Feijó e a procuradora-geral do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira.

Também falarão na audiência pública representantes do Ministério da Saúde.

A audiência será interativa, com a possibilidade de participação popular por meio de perguntas ou comentários.

A reunião ocorrerá na sala 2 da Ala Nilo Coelho.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Interlegis ajuda a modernizar câmaras municipais do Piauí

A Câmara Municipal de Parnaíba (PI) sedia hoje o Encontro Interlegis, com palestras sobre reforma política, clima organizacional e transparência e oficinas sobre o portal-modelo para internet e o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo.

Municípios de todo o estado participam. No início de 2014, 86% das câmaras dos 224 municípios do Piauí não possuíam site. Este ano, houve redução para 34%. Porém, muitas câmaras ainda não alimentam nem atualizam seus portais.

A senadora Regina Sousa (PT-PI) destacou a importância do trabalho do Interlegis para que as câmaras municipais do Piauí se ajustem à Lei de Acesso à Informação.

Pedro França/Agência Senado

Comissão de Direitos Humanos durante a segunda audiência sobre medidas para enfrentar a crise na saúde pública

Governo do DF explica medidas na área de saúde

Representantes da Secretaria de Saúde e da Casa Civil do Distrito Federal disseram que têm buscado cortar gastos sem aumentar impostos nem deixar de custear o setor, mas que situação é "alarmante"

MONTADA NUMA ÉPOCA de abundância de recursos provenientes de fundos constitucionais, a estrutura da saúde pública em Brasília enfrenta hoje grave crise orçamentária, cuja solução requer o fim de práticas perdulárias e o rígido controle de compra e de uso de equipamentos, medicamentos e materiais necessários ao setor. A avaliação é do secretário de Saúde do Distrito Federal, Fábio Gondim, que relatou, sexta-feira, em audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH), medidas adotadas na gestão do governador Rodrigo Rollemberg, que assumiu em janeiro.

— Instalamos um sistema que permite contar cada comprimido, saber qual foi o paciente que recebeu e quanto esse paciente custou. Isso vai nos permitir ter uma análise de custo, que não pode ser mais relegada a segundo plano — exemplificou Gondim.

Segundo o secretário, foram adotadas novas normas para aquisição de equipamentos, para acabar com situação recorrente de aparelhos comprados que permanecem por anos na embalagem, pela falta das condições para a instalação ou mesmo por terem sido adquiridos sem necessidade.

— A saúde não consegue mais ser financiada sem uma gestão que leve em consideração níveis de eficiência, de redução de desperdícios e de desvios — frisou.

Essa foi a segunda audiência sobre saúde pública realizada na CDH, ambas propostas por Hélio José (PSD-DF).

O senador reforçou apelo da secretária-adjunta de Saúde do DF, Eliene Berg, de aliança e cooperação entre todos os segmentos que atuam no setor para vencer a crise.

Terceirização

No debate, Jairo Bisol, promotor do Ministério Público do DF, disse que está em curso "um vergonhoso e progressivo desfinanciamento intencional da saúde pública".

— Isso demonstra a busca do enterro do Sistema Único de Saúde — disse.

Bisol cobrou mudança na lógica do modelo de gestão do SUS e reforma do sistema político-eleitoral, para estancar a corrupção e os desvios de recursos orçamentários.

O promotor criticou a tendência de terceirização das atividades nos serviços públicos de saúde, pois "as organizações sociais têm possibilidade muito menor de controle".

Ele apontou como origem da crise fiscal em Brasília a "forma irresponsável" pela qual o orçamento foi montado pelo governo anterior do DF, "inflando receitas e subestimando gastos".

Segundo o chefe da Casa Civil do Distrito Federal, Sérgio Sampaio, o governo local já cortou gastos possíveis e agora estuda medidas para aumentar a receita, como saída para a crise fiscal.

— A situação é alarmante. Temos limpado o orçamento de outras áreas para garantir o custeio da saúde. Não queremos aumentar impostos e estamos buscando outras medidas, como a cobrança pelo uso privado de área pública — exemplificou.

Como sugestão para ampliação de recursos, Eliezer Mota, representante dos micros e pequenos empresários que atuam em saúde, sugeriu a criação de uma loteria, cuja arrecadação seria utilizada para financiar o setor.

Prevenção

O presidente do Conselho de Saúde do DF, Helvécio Ferreira da Silva, defendeu ações de educação e a valorização do trabalho de equipes multiprofissionais, sem foco exagerado no médico. Para ele, o governo deveria priorizar ações preventivas e de promoção da saúde.

— A saúde, mesmo que pareça cara, é infinitamente mais barata que a doença. Ou nós atuamos na lógica das cidades saudáveis ou não haverá dinheiro que seja suficiente para tratar tanta gente nos hospitais — opinou.

Avança atualização do Código de Aeronáutica

A Comissão de Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) reúne-se hoje, às 10h, para debater o sistema de controle do espaço aéreo, a certificação de aeródromos públicos e privados e padrões mínimos de manutenção de aeronaves.

Criada em junho, a comissão revisa todos os dispositivos do CBA. O objetivo é adequar a legislação às inovações tecnológicas, que fazem com que a comunicação dos aviões seja quase toda feita por satélite, sem desconsiderar a massificação do transporte aéreo. A comissão deve concluir os trabalhos até dezembro. Depois de aprovado no colegiado, o anteprojeto de reforma do CBA será transformado em projeto de lei e será submetido à análise do Senado e da Câmara dos Deputados.

A comissão, de 24 integrantes, é formada por juristas, professores e engenheiros. O presidente é o advogado e professor de direito aeronáutico nacional e internacional Georges de Moura Ferreira. E a relatora, a advogada especializada em direito espacial Maria Helena Rolim.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

ACONTECEU NO SENADO

Geraldo Magela/Agência Senado

Antes de ser aprovado em Plenário, Janot passou por sabatina de 10 horas

Senado decide reconduzir Janot à Procuradoria-Geral

■ O Senado aprovou na quarta-feira, por 59 votos a 12, a recondução do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, a um mandato de mais dois anos. Sabatinado por mais de 10 horas na CCJ, ele respondeu a questões sobre Operação Lava-Jato, pedaladas fiscais e financiamento de campanhas.

REAJUSTE DE SERVIDORES DO MPF VOLTA À CAMARA

Pedro França/Agência Senado

■ Na terça-feira, foi aprovada no Plenário, e volta à Camara, proposta de reajuste gradual de 41%, ao longo de quatro anos, para os servidores do Ministério Público Federal. O texto aprovado foi o substitutivo de Valdir Raupp (PMDB-RO) ao PLC 41/2015.

PEC SOBRE COTA FEMININA PASSA EM PRIMEIRO TURNO

■ O Plenário aprovou, na terça-feira, a PEC 98/2015, que reserva percentual mínimo no Legislativo para cada gênero. A proposta, que vai a segundo turno, busca fortalecer a participação das mulheres na política.

EMPRESÁRIOS CRITICAM PROJETO DA MINERAÇÃO

■ Na segunda-feira, a Subcomissão de Mineração ouviu representantes do setor que criticaram o projeto do novo marco regulatório. Segundo eles, o texto não considera as necessidades do setor.

AVANÇA TRIBUTO MAIOR SOBRE LUCRO DOS BANCOS

■ Foi aprovado na quarta-feira, na comissão mista que analisa a MP 675/2015, o relatório da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) que eleva a alíquota da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras de 15% para 20%, como propunha o texto do Executivo. A MP segue agora para o Plenário da Câmara dos Deputados.

Waldemir Barreto/Agência Senado

ESPECIALISTAS CRITICAM IMPUNIDADE POLICIAL

■ Especialistas presentes na reunião de segunda-feira da CPI do Assassinato de Jovens protestaram contra a não investigação dos crimes. Como consequência, alertaram, ficam os casos de homicídio cometidos pela polícia.

COM NOVAS INFORMAÇÕES, CPI DO HSBC AMPLIA PRAZO

Edilson Rodrigues/Agência Senado

■ O especialista em informática Hervé Falciani, delator do swissleaks, colaborará com a CPI do HSBC. Com as informações de Falciani, ouvido pela comissão em videoconferência na terça-feira, a duração da CPI deve ser prorrogada.

SUSPEITOS SE NEGAM A FALAR À COMISSÃO DO CARF

■ Na quinta-feira, a CPI do Carf se reuniu para ouvir depoentes. Dois não compareceram e outros dois se mantiveram calados. Estes últimos manifestaram descontentamento com a investigação.

JORNALISTAS PEDEM EXAME DE CONTRATO DA CBF

■ Na terça-feira, a CPI do Futebol ouviu os jornalistas Lúcio de Castro e Rodrigo Mattos, que recomendaram a investigação dos intermediários de contratos da Confederação Brasileira de Futebol.

FOTÓGRAFO E DETETIVE GANHAM REGULAMENTAÇÃO

■ A Comissão de Assuntos Sociais aprovou, na terça-feira, a regulamentação das profissões de fotógrafo e detetive particular. Pelo texto, o fotógrafo deve ter diploma de nível superior ou técnico. As propostas vão ao Plenário.